



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638897 - SC (2021/0003650-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO BURLANI NEVES - SC036518
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : CLEITON LUIZ PONCIANO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de CLEITON LUIZ PONCIANO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Agravado em Execução Penal n. 000573-02.2020.8.24.0064).

O paciente encontra-se preso em decorrência de condenação à pena de 25 anos, 2 meses e 15 dias de reclusão pelo cometimento dos crimes de homicídio qualificado e associação criminosa, tendo progredido ao regime semiaberto em 21/6/2020.

A impetrante assevera que, "conforme narrado na petição inicial do habeas corpus, o ato judicial impugnado é manifestamente ilegal, uma vez que indeferiu o pedido de prisão domiciliar ao apenado que padece de hipertensão, e, faz parte do grupo de risco para infecção pelo novo coronavírus (Covid-19), ignorando as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública nacional e internacional de combate à pandemia mundial, ferindo os postulados da humanidade das penas e da dignidade humana, conforme as disposições da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça" (fl. 5).

Aduz que, "considerando-se que a pandemia já atingiu o sistema prisional catarinense, o deferimento de prisão domiciliar ao grupo de risco, evitando-se manter seres humanos vulneráveis em ambientes onde o isolamento social constitui uma medida de agravamento do risco de contaminação (e não de redução, como o resto da população), é um imperativo do princípio da dignidade humana, norma fundante do Estado Democrático de Direito brasileiro (CRFB/88, art. 1.º, III). Evitar a segregação que não seja extremamente necessária e especialmente de pessoas que integram o grupo de risco (como o paciente) no contexto atual significa reconhecer também aos condenados criminalmente o direito à vida e à saúde, conferindo-lhes o mesmo respeito e

consideração devido a qualquer outro ser humano" (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de prisão domiciliar, até que não necessite mais cuidados especiais decorrentes da pandemia da covid-19.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls.122-124):

Não se olvida que o Estado, ao segregar indivíduos em estabelecimentos prisionais para a execução de reprimendas privativas de liberdade, assume a responsabilidade de lhes assegurar, dentro do cárcere, a incolumidade física e os atendimentos de saúde de natureza preventiva e curativa (art. 5º, XLIX, da Constituição Federal; art. 14 da Lei de Execução Penal; Portaria Interministerial n. 1.777/2003 dos Ministérios da Saúde e da Justiça).

É certo, por outro lado, que ao Estado também é conferido o inafastável poder-dever de garantir a segurança pública (art. 144 da Constituição Federal), prerrogativa que perpassa, necessariamente, pela apuração dos ilícitos penais e justa aplicação das sanções cominadas aos infratores, com fins de retribuição, prevenção e ressocialização.

Daí se conclui que, embora plenamente legítima, a preocupação relacionada à possibilidade de contaminação de reclusos com enfermidades, inclusive aquela denominada Covid-19, não pode ser utilizada como pretexto para a soltura irrefletida de indivíduos que demonstraram, com atos pretéritos, sua intensa periculosidade, pois isso significaria submeter toda a sociedade a intolerável risco.

Nessa esteira de raciocínio, sem ignorar o teor da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça e da Orientação n. 6/2020 da Corregedoria-Geral da Justiça e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional de Santa Catarina, tenho que, mesmo nesse período pandêmico, a antecipação de benefícios penais e a concessão de medidas alternativas à prisão, seja ela cautelar ou

definitiva, dependem do minucioso sopesamento do grau de risco a que está exposto o segregado e os potenciais prejuízos ocasionados à ordem social.

No presente caso, o reeducando cumpre o quantum total de 25 (vinte e cinco) anos, 02 (dois) meses e 15 (quinze) dias de penas privativas de liberdade, pela prática dos delitos de homicídio qualificado e associação criminosa, tendo progredido ao regime semiaberto em 21/06/2020 (fls. 337/340 dos autos da execução penal).

Segundo projeção constante nos autos originários, terá direito à progressão ao regime aberto em 28/02/2026 (fl. 342 dos autos de execução penal).

Diante deste panorama, anote-se que as medidas cogitadas pelo apenado, ao menos no presente momento, não se mostram pertinentes.- sobretudo diante da adoção de medidas de prevenção sanitária pelos estabelecimentos prisionais

Ressalta-se que o agravante nasceu em 28/11/1987, ou seja, conta com 32 (trinta e dois) anos de idade (fl. 342 dos autos de origem), e, apesar de suscitar que possui hipertensão arterial, não se vislumbra nos autos qualquer documento ou atestado que possa confirmar a referida informação.

Não obstante, imperioso destacar que não há nos autos qualquer informação de que o apenado esteja impedido de "[...] receber tratamento medicamentoso no interior da unidade prisional, tampouco que apresente limitações graves em razão da enfermidade enfrentada, aliado ao fato de que o trato médico-hospitalar pode ser disponibilizado pelo ergástulo em que se encontra" (TJSC - Agravo de Execução Penal n. 0000707-55.2020.8.24.0023, da Capital, Segunda Câmara Criminal, Rel. Des. Salete Silva Sommariva, j. em 09/06/2020).

Assim, considerando que, no atual cenário, o risco de contaminação no interior do ergástulo não denota situação de excepcional temeridade - sequer é comprovadamente superior àquele existente fora do cárcere, a propósito -, deve prevalecer o interesse social na regular execução da pena, afigurando-se incabíveis medidas alternativas que, na prática, esvaziariam, ou mitigariam despropositadamente, o caráter repressivo da sanção cominada ao apenado (o qual fora condenado, relembre-se, pela prática de crime hediondo, denotando a especial gravidade de sua conduta).

(...)

É evidente que, havendo superveniente modificação das circunstâncias fáticas, a quaestio poderá ser reavaliada pelo Juízo de primeiro grau ou até mesmo por este Tribunal, caso instado a se manifestar.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente